

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão – Artigo 28, I, da Lei Federal nº 14.133/2021

Processo Administrativo nº 5429/2026

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de projetores multimídia e conjuntos de caixas de som ambiente, destinados ao atendimento das necessidades das unidades escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de São Carlos, visando à modernização da infraestrutura tecnológica educacional, ampliação da utilização de recursos audiovisuais em sala de aula e suporte às atividades pedagógicas alinhadas ao Currículo Paulista.

- a) Os bens objeto da presente contratação caracterizam-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que possuem especificações usuais de mercado e podem ser objetivamente definidos por meio de padrões de desempenho, qualidade e funcionalidade amplamente reconhecidos no segmento correspondente.

A contratação compreende o fornecimento imediato dos equipamentos, incluindo todos os custos necessários ao adequado atendimento da demanda administrativa, tais como transporte, entrega, garantia e suporte técnico, conforme condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

A solução pretendida possui natureza de fornecimento único e entrega imediata, não se caracterizando como prestação continuada, sendo destinada ao aparelhamento tecnológico das unidades escolares contempladas e à melhoria das condições de execução das atividades pedagógicas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

A contratação será processada mediante realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

- b) **Ramo de atividade predominante da contratação**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) compatível com o objeto, entre outras correlatas:

4751-2/01 – Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;

4753-9/00 – Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo;

4789-0/07 – Comércio varejista de equipamentos para escritório;

4651-6/01 – Comércio atacadista de equipamentos de informática;

4649-4/99 – Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente;

8599-6/99 – Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente (quando aplicável à tecnologia educacional).

- c) **Quantitativos estimados**

O objeto compreende a aquisição dos seguintes equipamentos:

Item	Descrição	Quantidade
01	Projetor multimídia	16
02	Conjunto de caixas de som ambiente	17

Os quantitativos foram dimensionados com base nas demandas formalizadas pelas unidades

escolares contempladas, conforme Documento de Formalização de Demanda (DFD) e Estudo Técnico Preliminar (ETP), considerando a necessidade de aparelhamento tecnológico das salas de aula e a ampliação da utilização de recursos audiovisuais nas atividades pedagógicas desenvolvidas pela rede municipal de ensino.

d) Prazo do contrato

O fornecimento dos equipamentos deverá ocorrer de forma imediata, mediante emissão da Autorização de Fornecimento (AF), Nota de Empenho ou instrumento equivalente, observados os prazos de entrega estabelecidos neste Termo de Referência.

O prazo de vigência contratual será correspondente a 120 (cento e vinte) dias, suficiente para assegurar a entrega dos equipamentos, recebimento definitivo e adoção das providências administrativas decorrentes da contratação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 872/2024 e das demais normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de modernização e fortalecimento da infraestrutura tecnológica das unidades escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de São Carlos, visando assegurar melhores condições para desenvolvimento das atividades pedagógicas e ampliação da utilização de recursos audiovisuais no ambiente escolar.

2.1.1. A demanda decorre das necessidades formalmente identificadas pelas unidades escolares contempladas, conforme Documentos de Formalização de Demanda (DFDs) que instruem o presente procedimento, nos quais foi constatada a insuficiência ou inadequação dos equipamentos atualmente disponíveis para atendimento das práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito da rede municipal de ensino.

2.1.2. A utilização de projetores multimídia e caixas de som ambiente constitui ferramenta essencial para implementação de metodologias educacionais contemporâneas, possibilitando maior dinamismo nas atividades em sala de aula, ampliação da utilização de conteúdos digitais e audiovisuais, fortalecimento das práticas pedagógicas interativas e melhoria das condições de ensino e aprendizagem.

2.1.3. A contratação também se mostra necessária para atendimento das diretrizes pedagógicas vinculadas ao Currículo Paulista, especialmente quanto à integração de tecnologias educacionais ao processo de ensino, desenvolvimento de competências digitais e utilização de recursos multimídia como instrumentos de apoio pedagógico.

2.1.4. Verificou-se, ainda, que parte das unidades escolares contempladas não dispõe de equipamentos adequados ou suficientes para utilização contínua em sala de aula, circunstância que compromete a execução de atividades pedagógicas que demandam apresentação de conteúdos digitais, vídeos educacionais, materiais interativos e demais recursos audiovisuais utilizados no cotidiano escolar.

2.1.5. A solução pretendida apresenta-se como medida apta a proporcionar melhoria da qualidade das atividades pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares; ampliação do acesso dos alunos a recursos tecnológicos educacionais; modernização da infraestrutura escolar; padronização tecnológica dos equipamentos utilizados pela rede municipal de ensino; fortalecimento das políticas públicas educacionais desenvolvidas pela Administração Municipal; melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação e maior eficiência na utilização dos recursos pedagógicos digitais.

2.1.6. A contratação mostra-se alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, tendo sido precedida de Estudo Técnico Preliminar voltado à identificação da solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

2.1.7. O levantamento de mercado realizado demonstrou a existência de ampla competitividade no segmento de equipamentos audiovisuais e tecnologia educacional, bem como a viabilidade técnica e econômica da aquisição pretendida, sendo identificados múltiplos fornecedores aptos ao atendimento da demanda administrativa.

2.1.8. Além disso, a opção pela aquisição definitiva dos equipamentos mostrou-se mais vantajosa do que alternativas como locação ou utilização de equipamentos provisórios, considerando tratar-se de bens duráveis destinados ao uso contínuo nas unidades escolares, com potencial de utilização permanente pela rede municipal de ensino e menor custo operacional no longo prazo.

2.1.9. A contratação será processada mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, em razão da natureza comum do objeto e da possibilidade de definição objetiva das especificações técnicas dos equipamentos pretendidos, nos termos do art. 6º, inciso XIII, e art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Justificativa da Contratação

2.2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de modernização da infraestrutura tecnológica das unidades escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, visando ampliar a utilização de recursos audiovisuais nas atividades pedagógicas e assegurar melhores condições para desenvolvimento das práticas educacionais alinhadas ao Currículo Paulista.

2.2.2. A aquisição dos projetores multimídia e conjuntos de caixas de som ambiente permitirá maior utilização de conteúdos digitais, vídeos educativos, apresentações multimídia e ferramentas pedagógicas interativas em sala de aula, contribuindo para melhoria do processo de ensino e aprendizagem e fortalecimento das metodologias educacionais contemporâneas.

2.2.3. A demanda decorre das necessidades identificadas pelas unidades escolares contempladas, conforme Documentos de Formalização de Demanda (DFDs) que instruem o presente procedimento, tendo sido constatada a insuficiência de equipamentos adequados para atendimento das atividades pedagógicas atualmente desenvolvidas pela rede municipal de ensino.

2.2.4. A solução pretendida mostra-se tecnicamente adequada, economicamente viável e alinhada ao interesse público, promovendo melhoria das condições de ensino, padronização tecnológica das unidades escolares e fortalecimento das políticas públicas educacionais desenvolvidas pela Administração Municipal.

2.3. Enquadramento da contratação

2.3.1. A presente contratação enquadra-se como aquisição de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que os equipamentos pretendidos possuem especificações usuais de mercado e podem ser objetivamente definidos por meio de padrões de desempenho, qualidade e funcionalidade amplamente reconhecidos no segmento correspondente.

2.3.2. Dessa forma, a contratação será processada mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de projetores multimídia e conjuntos de caixas de som ambiente destinados às unidades escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, visando à modernização da infraestrutura tecnológica das salas de aula e à ampliação da utilização de recursos audiovisuais no desenvolvimento das atividades pedagógicas da rede municipal de ensino.

3.2. A contratação contempla o fornecimento integral dos equipamentos, incluindo garantia, suporte técnico e compatibilidade com a infraestrutura existente nas unidades escolares, observadas as especificações técnicas mínimas necessárias ao adequado atendimento da demanda administrativa e pedagógica identificada nos Documentos de Formalização de Demanda (DFDs) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

3.3. Os projetores multimídia deverão possuir características técnicas compatíveis com utilização contínua em ambiente escolar, assegurando qualidade adequada de imagem, luminosidade e reprodução de conteúdos digitais e audiovisuais utilizados nas atividades pedagógicas desenvolvidas pela rede municipal de ensino. Nesse contexto, foram definidos requisitos mínimos relacionados à resolução, brilho, contraste, conectividade, durabilidade, vida útil da fonte luminosa, compatibilidade elétrica e operação contínua, buscando assegurar desempenho adequado às necessidades das unidades escolares contempladas.

3.4. Da mesma forma, os conjuntos de caixas de som ambiente deverão garantir adequada propagação sonora dos conteúdos audiovisuais reproduzidos em sala de aula, permitindo melhor compreensão das atividades pedagógicas pelos estudantes e assegurando condições mínimas de acessibilidade e inteligibilidade dos conteúdos apresentados pelos profissionais da educação.

3.5. A solução foi estruturada considerando as condições físicas das salas de aula, a quantidade de alunos atendidos, os equipamentos já existentes nas unidades escolares e a necessidade de ampliação da utilização de recursos tecnológicos educacionais vinculados ao Currículo Paulista, especialmente quanto à utilização de conteúdos digitais, vídeos educativos, apresentações multimídia e metodologias pedagógicas interativas.

3.6. Sob a perspectiva operacional, a solução permitirá:

I) modernização dos recursos tecnológicos utilizados nas unidades escolares;

II) ampliação da utilização de conteúdos digitais e audiovisuais em sala de aula;

III) melhoria das condições de ensino e aprendizagem;

IV) fortalecimento das metodologias pedagógicas interativas;

V) padronização tecnológica das unidades escolares contempladas;

VI) melhoria da qualidade visual e sonora das atividades educacionais;

VII) maior eficiência na utilização dos recursos pedagógicos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação.

3.7. A solução proposta também busca assegurar maior durabilidade, eficiência operacional e racionalização administrativa, mediante aquisição de equipamentos compatíveis com uso intensivo em ambiente escolar e aptos à utilização contínua pelas unidades escolares contempladas.

3.8. O fornecimento será realizado de forma imediata, conforme necessidade da Administração, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na legislação aplicável, devendo os equipamentos ser entregues em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados dos respectivos manuais, certificados de garantia e demais documentos técnicos pertinentes.

3.9. A contratação mostra-se alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, padronização e atendimento ao interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, apresentando-se como solução tecnicamente adequada e economicamente viável para atendimento das necessidades pedagógicas atualmente identificadas pela Secretaria Municipal de Educação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar requisitos técnicos e operacionais compatíveis com a necessidade administrativa identificada pela Secretaria Municipal de Educação, considerando a utilização contínua dos equipamentos em ambiente escolar, a necessidade de compatibilidade com a infraestrutura existente nas unidades contempladas e a adequada execução das atividades pedagógicas vinculadas ao Currículo Paulista.

4.1.1. Os equipamentos deverão ser novos, sem uso anterior, em linha de fabricação, acondicionados adequadamente e fornecidos em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de manuais, certificados de garantia, acessórios necessários à utilização regular e demais documentos técnicos pertinentes.

4.1.2. As especificações técnicas mínimas foram definidas com base nas necessidades pedagógicas e operacionais das unidades escolares contempladas, observando critérios de desempenho, durabilidade, compatibilidade, qualidade, eficiência operacional e ampla competitividade, sem direcionamento indevido de marca, fabricante ou tecnologia específica, em conformidade com os princípios da isonomia, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Projetores multimídia

4.2.1. Os projetores multimídia deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:

- tecnologia de projeção compatível com utilização contínua em ambiente escolar, tecnologia DLP, desde que atendidos os requisitos mínimos de desempenho previstos neste Termo de Referência;
- resolução nativa mínima XGA (1024 x 768);
- brilho mínimo de 4.000 ANSI lúmens;
- relação de contraste mínima de 20.000:1;
- compatibilidade com proporções de aspecto 4:3 e 16:9;
- suporte a resoluções até WUXGA (1920 x 1200);
- vida útil mínima da fonte luminosa de 6.000 horas em modo normal e até 15.000 horas em modo econômico;
- zoom óptico aproximado de 1,1x;
- correção trapezoidal (keystone) vertical automática de, no mínimo, $\pm 40^\circ$;
- capacidade de projeção entre 60 e 150 polegadas;
- alto-falante integrado com potência mínima de 10W;
- alimentação bivolt automática, compatível com tensão de 100–240V e frequência de 50/60Hz;
- conectividade mínima contendo:
 - 01 porta HDMI;
 - 01 ou mais portas VGA;
 - porta USB;
 - porta RS-232 ou equivalente para controle;
- compatibilidade com a infraestrutura elétrica e audiovisual existente nas unidades escolares;
- funcionamento contínuo e adequado ao ambiente escolar;
- garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses fornecida pelo fabricante;
- assistência técnica e suporte em território nacional durante todo o período de garantia.

4.2.2. Os equipamentos deverão possuir desempenho compatível com utilização em salas de aula, assegurando adequada visualização de conteúdos pedagógicos, vídeos educacionais, apresentações multimídia e demais recursos digitais utilizados nas atividades pedagógicas desenvolvidas pela rede municipal de ensino.

4.3. Caixas de som ambiente

4.3.1. Os conjuntos de caixas de som ambiente deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:

- conjunto composto por 02 (duas) caixas acústicas;
- potência mínima de 60W RMS por par;
- sistema de 02 vias (woofer e tweeter);
- impedância nominal de 08 ohms;
- adequadas para instalação em parede ou teto;

- suporte de fixação compatível com a instalação pretendida;
- conexões compatíveis com cabos de áudio padrão;
- compatibilidade com os sistemas de sonorização e equipamentos audiovisuais existentes;
- funcionamento contínuo e adequado à reprodução de conteúdos audiovisuais escolares;
- garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses fornecida pelo fabricante;
- assistência técnica e suporte técnico em território nacional durante o período de garantia.

4.3.2. Os equipamentos deverão assegurar adequada propagação sonora em ambiente escolar, permitindo reprodução clara de conteúdos audiovisuais, vídeos educativos, apresentações multimídia e demais atividades pedagógicas que demandem recursos de áudio.

4.4. Requisitos gerais da contratação

4.4.1. Além das especificações técnicas dos equipamentos, deverão ser observados os seguintes requisitos gerais:

I) os equipamentos deverão ser entregues em perfeitas condições de funcionamento, devidamente acondicionados e acompanhados de todos os acessórios necessários à utilização regular;

II) o prazo máximo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

III) todos os custos relacionados ao fornecimento, transporte, carregamento, descarregamento, entrega, garantia e suporte técnico correrão por conta exclusiva da contratada;

IV) os equipamentos deverão possuir compatibilidade com a infraestrutura elétrica e tecnológica existente nas unidades escolares contempladas;

V) a contratada deverá assegurar assistência técnica e suporte durante todo o período de garantia, de no mínimo 36 (trinta e seis) meses, sem ônus adicional para a Administração;

VI) os bens fornecidos deverão observar as normas técnicas, padrões de qualidade e requisitos de segurança aplicáveis ao objeto;

VII) a Administração poderá realizar conferência técnica e verificação de conformidade dos equipamentos no momento do recebimento, podendo rejeitar itens que não atendam integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

VIII) a contratada deverá substituir, sem custos adicionais, os equipamentos que apresentarem defeitos, vícios, incompatibilidades ou desconformidades com as especificações exigidas.

4.4.2. Os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência possuem natureza mínima e objetiva, destinando-se exclusivamente a assegurar o adequado atendimento da necessidade administrativa identificada, a compatibilidade técnica da solução pretendida e a obtenção de equipamentos aptos à utilização contínua em ambiente escolar, sem restrição indevida à competitividade do certame.

4.5. Subcontratação

4.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. Garantia da contratação

4.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. Critérios de sustentabilidade

4.7.1. A contratada deverá observar, quando aplicável, as diretrizes de sustentabilidade, eficiência energética e destinação ambientalmente adequada de resíduos eletroeletrônicos, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com os princípios da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.7.2. Recomenda-se que os equipamentos fornecidos apresentem padrões adequados de eficiência energética, durabilidade e baixo consumo, contribuindo para a redução de impactos ambientais e para a racionalização do uso de recursos públicos.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O objeto da presente contratação consiste no fornecimento de projetores multimídia e conjuntos de caixas de som ambiente, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e demais documentos que integram o procedimento licitatório.

5.2. O fornecimento será realizado de forma imediata, mediante emissão da Autorização de Fornecimento (AF), Nota de Empenho ou instrumento equivalente, após a formalização de instrumento contratual, observadas as necessidades da Administração e os quantitativos previstos na contratação.

5.3. A contratada deverá realizar a entrega dos equipamentos no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

5.4. Os equipamentos deverão ser entregues em perfeitas condições de funcionamento, devidamente acondicionados, lacrados, acompanhados de manuais, certificados de garantia, acessórios necessários à utilização regular e demais documentos técnicos pertinentes.

5.5. A entrega deverá ocorrer nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação, situados no Município de São Carlos/SP, em dias úteis e horário de expediente administrativo, conforme cronograma e orientações previamente fornecidos pela Administração.

5.6. Todos os custos relacionados ao fornecimento, transporte, frete, carregamento, descarregamento, seguros, tributos, encargos, entrega e demais despesas necessárias à execução do objeto correrão integralmente por conta da contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.

5.7. Os equipamentos fornecidos deverão possuir plena compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo vedado o fornecimento de produtos usados, reconicionados, remanufaturados ou fora de linha de fabricação.

5.8. A Administração realizará conferência técnica e quantitativa dos equipamentos fornecidos, verificando a conformidade dos itens entregues com as especificações exigidas, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que apresentarem defeitos, vícios, incompatibilidades, avarias ou desconformidades técnicas.

5.9. Na hipótese de rejeição de quaisquer equipamentos, a contratada deverá promover sua substituição no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados da notificação formal da Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.10. O recebimento do objeto dar-se-á:

I) provisoriamente, no momento da entrega dos equipamentos, mediante conferência preliminar dos quantitativos e das condições aparentes dos bens;

II) definitivamente, após verificação da conformidade técnica, funcionalidade, compatibilidade e adequação dos equipamentos às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

5.11. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança, durabilidade e adequado funcionamento dos equipamentos fornecidos, permanecendo a obrigação de substituição ou reparação dos itens que apresentarem defeitos ou vícios durante o período de garantia.

5.12. A contratada deverá assegurar garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para os equipamentos fornecidos, contada a partir do recebimento definitivo, bem como disponibilizar assistência técnica e suporte em território nacional durante todo o período de garantia.

5.13. Durante a execução contratual, a contratada deverá manter todas as condições de habilitação e regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigidas no procedimento licitatório, apresentando a documentação comprobatória sempre que solicitado pela Administração.

5.14. A execução do objeto deverá observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 872/2024, das normas técnicas aplicáveis ao objeto e das demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

5.15. São obrigações da contratada:

- I) fornecer os equipamentos em conformidade com as especificações técnicas, quantidades, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- II) entregar produtos novos, sem uso anterior, em linha de fabricação, devidamente acondicionados e acompanhados de manuais, acessórios, certificados de garantia e documentação técnica pertinente;
- III) responsabilizar-se por todos os custos de transporte, frete, carga, descarga, seguros, tributos e demais despesas necessárias à execução do objeto;
- IV) substituir, sem ônus adicional para a Administração, os equipamentos recusados por defeito, avaria, vício, incompatibilidade ou desconformidade técnica;
- V) assegurar garantia mínima de 36 meses e suporte técnico em território nacional durante todo o período de garantia;
- VI) manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e regularidade exigidas no procedimento licitatório;
- VII) prestar esclarecimentos e informações solicitadas pela fiscalização contratual.

5.16. São obrigações da Administração:

- I) emitir a Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- II) acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidores formalmente designados;
- III) receber provisória e definitivamente os equipamentos, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- IV) comunicar formalmente à contratadas eventuais irregularidades verificadas;
- V) efetuar o pagamento devido, após o recebimento definitivo, atesto da nota fiscal e comprovação da regularidade exigida.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e fiscalização da contratação serão exercidas por servidores formalmente designados pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e verificar a adequada execução do objeto contratado, bem como o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

6.2. A fiscalização contratual compreenderá o acompanhamento da entrega dos equipamentos, verificação da conformidade técnica dos itens fornecidos, conferência dos quantitativos entregues, acompanhamento do cumprimento dos prazos estabelecidos e análise das condições de garantia e suporte técnico previstas na contratação.

6.3. Compete ao gestor do contrato acompanhar a execução contratual de forma geral, adotando as providências administrativas necessárias ao regular cumprimento do ajuste, inclusive quanto à comunicação com a contratada, controle de prazos, instrução processual, solicitação de documentos e encaminhamento de eventuais ocorrências à autoridade competente.

6.4. Compete ao fiscal do contrato verificar a conformidade dos equipamentos entregues com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, podendo:

- I) solicitar esclarecimentos e documentos complementares;
- II) realizar conferência quantitativa e qualitativa dos bens fornecidos;
- III) registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
- IV) rejeitar equipamentos em desconformidade com as exigências da contratação;
- V) solicitar substituição de itens defeituosos, incompatíveis ou inadequados.

6.5. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos e informações solicitadas pela fiscalização contratual, bem como facilitar o acompanhamento da execução do objeto, permitindo a verificação das condições de fornecimento, garantia e suporte técnico dos equipamentos.

6.6. Eventuais irregularidades verificadas durante a execução contratual deverão ser registradas formalmente, sendo assegurado à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, observados os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório.

6.7. O descumprimento das obrigações contratuais poderá ensejar aplicação das penalidades previstas na legislação aplicável, no edital e no instrumento contratual, especialmente nos casos de:

- I) atraso injustificado na entrega dos equipamentos;
- II) fornecimento de produtos em desconformidade com as especificações técnicas;
- III) recusa injustificada na substituição de equipamentos defeituosos ou incompatíveis;
- IV) inexecução parcial ou total do objeto contratado;
- V) descumprimento das obrigações de garantia e suporte técnico.

6.8. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e regularidade exigidas no procedimento licitatório, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e econômico-financeira.

6.9. O atesto das notas fiscais ficará condicionado:

- I) ao recebimento definitivo dos equipamentos;
- II) à verificação da regularidade da execução contratual;
- III) à comprovação da manutenção das condições de habilitação da contratada;
- IV) à inexistência de pendências relacionadas ao fornecimento do objeto.

6.10. A gestão contratual observará os princípios da legalidade, eficiência, planejamento, economicidade, transparência e interesse público, buscando assegurar o adequado fornecimento dos equipamentos e a correta aplicação dos recursos públicos destinados à contratação.

7. RECEBIMENTO E PAGAMENTO

7.1. Do recebimento

7.1.1. O recebimento do objeto observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

7.1.2. Os equipamentos serão recebidos:

I) provisoriamente, no ato da entrega, mediante conferência preliminar dos quantitativos, integridade física dos produtos, condições aparentes de funcionamento e verificação da documentação que acompanha os equipamentos;

II) definitivamente, após análise técnica e verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo funcionalidade, compatibilidade, desempenho, qualidade e adequação ao objeto contratado, no prazo de até 10 (dez) dias corridos do recebimento provisório.

7.1.3. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva dos equipamentos fornecidos, nem afasta a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, funcionamento, durabilidade e conformidade técnica dos bens entregues.

7.1.4. Constatada qualquer irregularidade, defeito, avaria, incompatibilidade ou desconformidade com as especificações exigidas, a Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos fornecidos, devendo a contratada promover sua substituição no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, sem ônus adicional para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.5. O recebimento definitivo ocorrerá somente após a verificação do integral cumprimento das obrigações contratuais pela contratada e da plena adequação dos equipamentos às condições estabelecidas no procedimento licitatório.

7.6. A emissão do atesto de recebimento definitivo ficará condicionada:

- I) à conferência quantitativa e qualitativa dos equipamentos;
- II) à verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas exigidas;
- III) à apresentação da documentação pertinente, incluindo notas fiscais, manuais e certificados de garantia;
- IV) à inexistência de pendências relacionadas à execução contratual.

7.2. Do Faturamento

7.2.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá corresponder exatamente aos itens efetivamente entregues e aprovados pela fiscalização, observando os quantitativos, especificações técnicas e valores contratuais.

7.2.2. No caso de divergência entre a nota fiscal e a medição realizada, a Administração notificará a CONTRATADA para correção no prazo de até 02 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento até regularização.

7.2.3. Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATADA deverá apresentar, como condição para liquidação da despesa, os documentos atualizados de regularidade fiscal, social e trabalhista exigíveis, especialmente Certificado de Regularidade do FGTS /CRF, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, certidões fiscais pertinentes e demais documentos eventualmente solicitados pela Administração para comprovação da manutenção das condições de habilitação.

7.2.4. A ausência ou irregularidade dos documentos previstos poderá impedir a liquidação da despesa e suspender o prazo de pagamento até a devida regularização.

7.2.5. Caso a CONTRATADA seja optante pelo SIMPLES Nacional, deverá apresentar a documentação comprobatória pertinente, para fins tributários e de retenções legais cabíveis.

7.2.6. Quando do pagamento, poderão ser efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação federal, estadual e municipal aplicável.

7.3. Das condições de pagamento

7.3.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelo(s) fornecimento(s) efetivamente entregue(s), em moeda nacional, no **prazo de até 30 (trinta dias) corridos** a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

7.3.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Eventuais pagamentos realizados em desacordo com a execução efetiva do objeto poderão ser objeto de glosa, compensação ou restituição ao erário, conforme o caso.

7.3.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

7.3.4. Para efeito de pagamento, considerar-se-á pagar a fatura na data da emissão da Ordem Bancária. No pagamento do(s) produto(s)/serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023 e no Decreto Municipal nº 551, 22 de setembro de 2023. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

7.3.5. Na hipótese de atraso no pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os valores devidos poderão ser atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável.

7.3.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação relacionada à execução contratual, aplicação de penalidade, inadimplência contratual ou ausência de documentação exigida para instrução do pagamento.

7.4. Da Manutenção da Regularidade Contratual

7.4.1. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e regularidade exigidas na contratação.

8. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO LICITATÓRIA, por pregão (Art. 28, I, da Lei Federal nº 14.133/2021), sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO GLOBAL – LOTE ÚNICO (Art. 33, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.1.1. Justificativa do critério de julgamento por lote

8.1.1.1. O critério de julgamento por menor preço por lote decorre da natureza integrada da solução pretendida, que compreende o fornecimento de projetores multimídia e conjuntos de caixas de som ambiente destinados à utilização conjunta nas atividades pedagógicas desenvolvidas pelas unidades escolares da rede municipal de ensino.

8.1.1.2. Os equipamentos que compõem o objeto apresentam relação funcional e operacional complementar, considerando que os projetores e os sistemas de sonorização ambiente são utilizados de forma integrada para reprodução de conteúdos audiovisuais, apresentações multimídia, vídeos educacionais e demais recursos tecnológicos vinculados às práticas pedagógicas previstas no Currículo Paulista.

8.1.1.3. A contratação unificada busca assegurar padronização tecnológica dos equipamentos utilizados nas unidades escolares contempladas, compatibilidade operacional entre os dispositivos, uniformidade na utilização dos recursos audiovisuais e maior eficiência na gestão administrativa, logística e contratual da solução pretendida.

8.1.1.4. A opção pelo julgamento por lote único foi analisada durante a fase de planejamento da contratação e encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, no qual se demonstrou que, embora os itens possuam divisibilidade material, apresentam integração funcional no contexto da solução pedagógica pretendida pela Administração Pública.

8.1.1.5. Além disso, o levantamento de mercado realizado evidenciou a existência de ampla disponibilidade de fornecedores atuantes no segmento de equipamentos audiovisuais e tecnologia educacional aptos ao fornecimento conjunto dos itens que compõem o objeto, não se verificando restrição relevante à competitividade decorrente da adoção do critério de julgamento por lote.

8.1.1.6. A adoção do lote único também contribui para redução de riscos de incompatibilidade técnica entre os equipamentos, uniformização das condições de garantia e suporte técnico, racionalização da fiscalização contratual e maior eficiência na execução da contratação, especialmente quanto à entrega, instalação e operacionalização dos equipamentos nas unidades escolares contempladas.

8.1.1.7. Dessa forma, o critério de julgamento por lote mostra-se tecnicamente adequado e compatível com o interesse público envolvido, assegurando maior eficiência administrativa, padronização tecnológica, otimização da gestão contratual e adequada implementação da solução educacional pretendida, sem caracterizar aglutinação indevida de objetos distintos.

8.1.1.8. Ressalta-se que a adoção do lote único não tem por finalidade restringir a competitividade, mas assegurar a adequada execução da solução pedagógica pretendida, tendo em vista que o levantamento

de mercado demonstrou a existência de fornecedores aptos ao fornecimento conjunto dos equipamentos, preservando-se a ampla disputa e a obtenção da proposta mais vantajosa.

8.1.1.9. A divisão do objeto em itens, embora materialmente possível, poderia gerar maior risco de incompatibilidade operacional, fragmentação das responsabilidades de garantia e suporte técnico, dificuldades na gestão contratual e aumento dos custos administrativos de fiscalização, circunstâncias que justificam a adoção do critério de menor preço global por lote único, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar.

8.2. Exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista

Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos:

- a)** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c)** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, mediante apresentação das seguintes certidões:
 - I)** A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.
 - II)** A certidão acima abrange inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em DAU, conforme portaria conjunta RFB/ PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014.
 - III)** Certidão Negativa de Débitos Estaduais do domicílio da licitante participante, inscrito em dívida ativa, obtida em SP no site www.dividaativa.pge.sp.gov.br, ou equivalente, de acordo com a legislação fiscal de cada Estado.
 - IV)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pelo Município sede da empresa.
 - V)** Certidão de Regularidade de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado.
- d)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tratando-se de pessoa jurídica, por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.
- e)** Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) mediante a apresentação da CND (certidão Negativa de Débito) ou CPD-EN (Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa).
- f)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- g)** Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e valor total, em moeda nacional, já consideradas todas as despesas com transporte, entrega e demais custos diretos ou indiretos necessários à execução do objeto, conforme tabela abaixo.

AQUISIÇÃO DE PROJETORES MULTIMÍDIA E CAIXAS DE SOM AMBIENTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Projetores multimídia: tecnologia de projeção DLP; resolução nativa mínima XGA (1024 × 768); brilho mínimo de 4.000 ANSI lúmens; contraste mínimo de 20.000:1; proporção de aspecto 4:3; suporte a resoluções até WUXGA (1920 × 1200); vida útil da lâmpada mínima de 6.000 horas em modo normal e até 15.000 horas em modo econômico; zoom óptico aproximado de 1,1x; correção trapezoidal (keystone) vertical automática ±40°; capacidade de projeção entre 60 e 150 polegadas; alto-falante integrado de 10 W; alimentação 100–240 V, 50/60 Hz; conectividade mínima com 1 porta HDMI, 1 ou mais portas VGA, porta USB e porta RS-232 para controle; garantia mínima de 36 meses para peças de reposição fornecida pelo fabricante; compatibilidade com a infraestrutura elétrica e acústica existente; funcionamento contínuo em ambiente escolar.	UNIDADE	16	R\$ 3.800,94	R\$ 60.815,04
2	Caixas de som ambiente: conjunto composto por 2 (duas) caixas acústicas; potência mínima de 60 W RMS por par; sistema de 2 vias (woofer e tweeter); impedância nominal de 8 ohms; adequadas para instalação em parede ou teto; suporte de fixação e conexões compatíveis com cabos de áudio padrão; compatibilidade com sistemas de sonorização ambiente existentes; garantia mínima de 36 meses fornecida pelo fabricante; funcionamento contínuo e adequado à reprodução de conteúdos audiovisuais escolares	CONJUNTO	17	R\$ 540,14	R\$ 9.182,38

9.2. O valor global estimado da aquisição corresponde a **R\$ 69.997,42 (sessenta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e dois centavos)**.

9.3. As especificações técnicas dos itens constam do item 4 deste Termo de Referência.

9.4. Eventuais referências a características técnicas, padrões de qualidade ou especificações constantes neste Termo de Referência deverão ser interpretadas como parâmetros mínimos de desempenho e qualidade, admitindo-se produtos equivalentes que atendam integralmente às finalidades do objeto, desde que comprovadamente compatíveis com os requisitos técnicos estabelecidos.

9.5. Caberá à Administração avaliar, quando necessário, a equivalência técnica dos produtos apresentados pelos licitantes, observando critérios de qualidade, segurança, funcionalidade, compatibilidade com o ambiente escolar e atendimento às finalidades pedagógicas previstas neste instrumento.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A Contratada ficará sujeita à responsabilização administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, pelas infrações decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, especialmente nas seguintes hipóteses:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato, inclusive quando caracterizada a execução inadequada ou em desconformidade com as especificações estabelecidas;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao regular funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato, inviabilizando a consecução do objeto contratado;

- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou para a formalização da contratação, nos prazos e condições estabelecidos;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pela Administração;
- VI. Não celebrar o contrato ou não apresentar a documentação exigida para a contratação, quando regularmente convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado, comprometendo os prazos pactuados;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo de dispensa de licitação ou na execução do contrato;
- IX. Fraudar o processo de dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, inclusive atos que atentem contra a moralidade administrativa;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. As infrações administrativas praticadas pela Contratada sujeitarão o responsável à aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, observados os princípios da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade, bem como assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da conduta, as seguintes penalidades:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Municipal, mediante a seguinte dotação:

956 Dotação 12.01.12.368.2047.2.071.4.4.90.52.92.2100000 (SMEdu)

Fonte de recurso: 02 – Transferências e Convênios Estaduais Vinculados – R\$ 63.862,45

409 Dotação 12.01.12.368.2047.2.071.4.4.90.52.01.2100000 (SMEdu)

Fonte de recursos: 01 – R\$ 6.137,97

12. APÊNDICES

12.1. Integram este Termo de Referência os documentos de instrução da contratação, especialmente DFD, ETP, pesquisa de preços, propostas comerciais, documentos de habilitação e demais peças constantes do Processo Administrativo nº 5429/2026.

13. RESPONSÁVEIS

Willian Gonçalves Policarpo
Chefe da Seção de Planejamento e
Acompanhamento de Demandas do Eixo da
Educação

Roselei Aparecido Françoso
Secretário Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal de Justiça

Departamento de Contratações do Eixo Educação

“São Carlos, Capital da Tecnologia”